



RIO GRANDE DO NORTE

RN Segurança – reunião com secretária de gabinete discute sobre férias em atraso dos vigilantes da SEEC



Nesta terça-feira, 27 de abril, representantes do Sindsegur participaram de uma reunião com a Secretária de Gabinete, Ane Moraes, da Secretaria Estadual de Educação do RN.

O objetivo da atividade foi denunciar o atraso das férias dos vigilantes da RN Segurança que trabalham nos postos de serviço do órgão e cobrar do gestor as providências necessárias para solução do problema.

Na ocasião, a secretária informou aos diretores do Sindsegur que vai solicitar a empresa que o problema seja solucionado o mais breve possível.

O nosso sindicato está diariamente combatendo e denunciando as empresas que descumprem direitos trabalhistas. Vamos continuar cobrando das empresas e dos gestores de contratos o merecido respeito. Vamos fortalecer a mobilização para fazer valer nossos direitos e avançar nas conquistas.



FONTE: sindsegur

Agravo de Instrumento Não Precisa Renovar Razões do Mérito do Recurso

Em sua última sessão, o Tribunal Pleno fixou tese a respeito dos requisitos para a interposição de agravos de instrumento



O Pleno do Tribunal Superior do Trabalho decidiu, na sessão de segunda-feira (19), que não é necessário renovar, na interposição do agravo de instrumento, razões do mérito do recurso de revista que não tenham sido examinadas no despacho que negou seu seguimento com base em aspecto processual (a Súmula 126 do TST, que veda o reexame de fatos e provas). A decisão, por maioria (14 X 9), é válida para todos os processos em curso no TST e deverá ser seguida por todas as turmas do Tribunal.

Requisitos

O artigo 896 da CLT estabelece, entre os requisitos para a admissão do recurso de revista, que seja fundamentado em violação de lei ou em divergência jurisprudencial (decisões

divergentes entre Tribunais Regionais do Trabalho). O exame da admissibilidade cabe ao TRT de origem, e, caso o seguimento seja negado, a parte pode interpor agravo de instrumento ao TST, com a pretensão de “destrancar” o recurso e fazer com que ele seja acolhido.

A Súmula 422 do TST, por sua vez, preconiza que os recursos devem impugnar os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que foi proferida.

O caso

No processo em julgamento, a Terceira Turma do TST havia dado provimento ao agravo de instrumento de um vigilante patrimonial florestal que prestava serviços para a Vale S.A., com fundamento em violação ao artigo 7º, inciso XIII, da Constituição Federal (que prevê

a duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e 44 semanais). O dispositivo constitucional, no entanto, não havia sido apontado pelo vigilante, que questionara apenas o óbice processual da Súmula 126 do TST, usado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (PA/AP) para negar seguimento ao recurso de revista. Com o provimento do agravo, o recurso do trabalhador foi julgado procedente pela Turma, e a tomadora e a prestadora de serviços foram condenadas ao pagamento de horas extras.

A Vale, inconformada, interpôs embargos à SDI-1, sustentando que a decisão da Turma havia contrariado a Súmula 422 do TST, ao acolher o agravo que questionava apenas o fundamento do despacho que negou seguimento ao recurso, e não os fundamentos da decisão de mérito do TRT sobre a matéria em discussão.

Divergência de interpretação

No julgamento dos embargos no Pleno, a presidente do TST, ministra Maria Cristina Peduzzi, ressaltou a relevância de uma definição sobre o tema, diante da divergência de interpretação entre as Turmas do TST. De acordo com o artigo 72 do Regimento Interno do TST, as decisões do Órgão Especial, das Seções e das Subseções Especializadas que se inclinarem por contrariar decisões reiteradas de cinco ou mais Turmas do Tribunal sobre tema de natureza material ou processual serão suspensas, e os autos encaminhados ao Tribunal Pleno, para deliberação sobre a questão controvertida.

Desnecessidade

Prevaleceu, no julgamento, o voto do ministro Vieira de Mello Filho, que entende ser desnecessário exigir que a parte, no agravo de instrumento, renove a alegação dos pressupostos intrínsecos de cabimento do recurso de revista previstos no artigo 896 da CLT (violação de lei e divergência jurisprudencial), quando a decisão agravada não se manifestou sobre a matéria.

A seu ver, o entendimento da Terceira Turma não contrariou a Súmula 422, pois o único fundamento da decisão que negou seguimento ao recurso de revista, relativo à Súmula 126, foi impugnado no agravo.

Princípios

O ministro apontou os princípios da dialeticidade (que pressupõe a fundamentação do recurso), da instrumentalidade das formas (segundo o qual o processo é um meio, e não um fim em si mesmo), da cooperação e do devido processo legal para sustentar que é suficiente que o agravo de instrumento procure apenas questionar o óbice processual que fundamentou a decisão agravada.

Independência dos recursos

A corrente vencida foi liderada pelo relator, ministro Ives Gandra Martins, para quem a exigência da renovação das razões da revista no agravo de instrumento deve ser mantida, em observância ao princípio da independência dos recursos. Segundo ele, apesar de ser independente do recurso de revista, o agravo de instrumento deve ser instruído de forma a possibilitar, caso provido, o imediato julgamento do recurso e, por isso, deve conter todos os elementos necessários para o esclarecimento da causa, especialmente as razões do recurso de revista, a decisão originária e o próprio pedido.

Resultado

Seguiram o voto condutor do ministro Vieira de Mello a presidente do TST, ministra Maria Cristina Peduzzi, os ministros Aloysio Corrêa da Veiga, Brito Pereira, Renato de Lacerda Paiva, Lelio Bentes Corrêa, Alberto Bresciani, Mauricio Godinho Delgado, José Roberto Pimenta, Agra Belmonte e Cláudio Brandão e as ministras Dora Maria da Costa e Delaíde Miranda Arantes. Ficaram vencidos os ministros Ives Gandra Filho, Emmanoel Pereira, Caputo Bastos, Augusto César, Douglas Alencar, Breno Medeiros, Alexandre Ramos e Dezena da Silva e a ministra Maria Helena Mallmann.

Não participaram do julgamento os ministros Walmir Oliveira da Costa, Katia Arruda e Hugo Scheuermann.(DA/CF)

Processo:E-ED-ED-RR-291-13.2016.5.08.0124

Fonte: TST

1º de Maio da CUT e centrais reivindica respeito à vida e emprego decente



No dia 1º de Maio, Dia Internacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras, a CUT e demais centrais sindicais (Força, UGT, CTB, CSB, NCST, CGTB, Intersindical e Pública) estarão unidas mais uma vez em torno de pautas urgentes para a classe trabalhadora, como a defesa e o respeito à vida, auxílio emergencial digno e emprego decente.

“A união das centrais em torno de um só objetivo é o que os trabalhadores mais precisam neste momento em que Bolsonaro pratica esse genocídio contra a população brasileira. Ao contrário do que sempre fez o presidente, que nunca foi um líder capaz de agregar forças para combater a pandemia e salvar vidas, o movimento sindical se une para defender os trabalhadores”, diz o vice-presidente da CUT, Vagner Freitas.

“Queremos fazer o contrário do que faz o Bolsonaro que nunca conseguiu unificar o Brasil para combater a pandemia.”, ressalta

Vagner Freitas.

“Ao invés disso, ele negligenciou a doença, deu mau exemplo causando aglomerações, não usou máscara, desdenhou da doença, estimulou o uso de medicamentos sem comprovação científica, além de brigar o tempo inteiro com governadores e prefeitos para defender seus interesses políticos para 2022”, completou Vagner se referindo a propaganda que Bolsonaro faz para que autoridades médicas adotem o chamado tratamento preventivo com hidroxicloroquina e ao boicote contra as medidas de isolamento social decretadas por governadores e prefeitos.

A pauta construída pelas centrais inclui a defesa e o respeito à vida, pagamento de auxílio emergencial no valor de R\$ 600 até o fim da pandemia, vacinação em massa para toda a população, geração de emprego e renda, a defesa das empresas públicas e a luta contra a reforma Administrativa, proposta de Bolsonaro

que destruirá os serviços públicos.

“E para que tudo seja possível, para a CUT, só tem um caminho. É eliminar o principal vírus causador de toda a tragédia pela qual passa o Brasil. É fora, Bolsonaro”, diz Vagner Freitas.

O dirigente criticou o fato de o governo ainda não ter apresentado uma política competente para retomar a economia, gerar mais empregos e proteger os trabalhadores nem tampouco criou um comando nacional de combate ao novo coronavírus, mais de um ano depois que a pandemia foi confirmada pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

“Para que os trabalhadores do Brasil voltem a ter emprego decente e respeito à saúde e à vida, Bolsonaro tem que ser afastado do poder”, destaca Vagner Freitas.

Como será o 1º de Maio Unitário das centrais

O 1º de Maio Unitário das centrais sindicais terá a presença de todos os presidentes das entidades, além de artistas, intelectuais e lideranças religiosas e políticas em uma live, que será transmitida, a partir das 14h, pela TVT e pelas redes sociais do movimento sindical.

Assim como em 2020, ano em que o isolamento social foi adotado para conter a disseminação do novo coronavírus, este ano, com a pandemia descontrolada no Brasil, também não serão realizados atos em locais públicos como era antes da pandemia, seguindo todas as orientações da OMS de evitar aglomerações, usar máscaras e álcool em gel.

O ato

A live do 1º de maio tem previsão de três horas de duração com mensagens dos presidentes das nove centrais. Participam os ex-presidentes da República Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e Fernando Henrique Cardoso, além de parlamentares e lideranças partidárias e de movimentos sociais, de entidades sindicais internacionais e representantes de diferentes religiões.

Na programação, que será comandada pela cantora compositora e apresentadora Ellen Oléria, estarão diversas personalidades como o youtuber Spartacus e o filósofo Silvio Almeida. Também haverá apresentações e depoimentos de artistas sobre o tema deste ano – Vida, Democracia, Emprego, Vacina para Todos.

Entre as atrações estão Elza Soares, Chico César, Tereza Cristina, Delacruz, Johnny Hooker, Marcelo Jeneci, Odair José, Aíla, Bia Ferreira e Doralyce, Fábio Assunção, Osmar Prado e outros.

“Será uma data de luta”, reforça o vice-presidente da CUT. Para ele, o ato das centrais terá como objetivo principal defender a vida, a democracia, e o direito ao trabalho. “E para que cesse o genocídio de nossos trabalhadores”, ele completa

Vagner reforça ainda que todo esse esforço só valerá a pena se os trabalhadores se engajarem e participarem do 1º de Maio, protestando junto com as centrais pelos seus direitos.

O dirigente destaca ainda que a semana que antecede a data – a Semana do Trabalhador – também faz parte dessa luta, por trazer ao centro do debate outros temas como a solidariedade de classe que tem salvado a vida de pessoas que perderam emprego e renda durante a pandemia; a saúde dos trabalhadores e a defesa do SUS, a diversidade e a proteção a população mais vulnerável como as mulheres, negros e negras e a população LGBTQIA+, entre outros.

“Será uma semana de celebração à luta, de denúncia, de pressionar para que as reivindicações sejam atendidas e acima de tudo para que a vida seja respeitada. E a participação de todos trabalhadores neste processo é fundamental para mostrarmos a nossa força e a nossa voz”, diz.

A grade completa de convidados e artistas e mais detalhes sobre a live serão informados a partir de segunda-feira (26).

Leia a íntegra da nota das centrais

Centrais reivindicam democracia, emprego e vacina para todos no 1º de Maio pela Vida As Centrais Sindicais, pelo segundo ano consecutivo, farão o ato do Dia Internacional do Trabalhador no formato virtual.

Neste momento em que o Brasil ultrapassa 380 mil mortes por Covid-19, o tema é 1º de Maio pela Vida - Democracia, Emprego e Vacina para Todos.

CUT, Força, UGT, CTB, CSB, NCST, CGTB, Intersindical e Pública farão o 1º de Maio Unitário das Centrais Sindicais em live, que será transmitida, a partir das 14h, pela TVT - TV do Trabalhadores, além dos canais no Youtube e redes sociais do movimento sindical.

O diferencial deste ano será a presença dos presidentes das centrais em estúdio, de onde farão seus discursos.

O programa será ancorado pela cantora, compositora e apresentadora Ellen Oléria, que comanda o Estação Plural, na TV Brasil. Também no estúdio, a atriz, cantora e multi-instrumentista paraibana Lucy Alves fará a apresentação artística que encerrará o 1º de Maio Unitário das Centrais Sindicais.

O ato tem previsão de três horas de duração com falas dos dirigentes sindicais das nove centrais.

Os ex-presidentes da República Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e Fernando Henrique Cardoso, parlamentares e lideranças partidárias e de movimentos sociais, além de entidades sindicais internacionais e representantes de diferentes religiões, também participarão do 1º de Maio organizado pelas centrais sindicais.

Nacional e diverso, o ato terá do youtuber Spartacus ao professor e filósofo Silvio Almeida. As falas das lideranças sindicais, políticas e sociais serão intercaladas por apresentações e depoimentos de artistas sobre o tema deste ano - Vida, Democracia, Emprego, Vacina para Todos. Elza Soares, Chico César, Tereza Cristina, Delacruz, Johnny Hooker, Marcelo Jeneci, Odair José, Aíla, Bia Ferreira e Doralyce, Fábio Assunção, Osmar Prado, entre outros (ainda em confirmação) estarão na live do 1M2021.

A grade completa de convidados e artistas e mais detalhes sobre a live serão informados posteriormente). Ficha do evento: | Live do 1º de Maio Unitário das Centrais Sindicais | Pela Vida. Emprego, Democracia e Vacina para Todos | Sábado (01/05), a partir das 14h | Transmissão – TVT, redes sociais e Youtube das centrais e seus entes.

Fonte: André Accarini com edição de Marize Muniz – CUT Brasil

Empregados param por 24 horas e mandam recado contra abertura de capital na Caixa Seguridade

Mobilização foi motivada principalmente pela abertura de capital da Caixa Seguridade marcada para a próxima quinta-feira



Bancários reivindicam, ainda, contratação de aprovados em 2014, maior proteção contra a covid-19 e pagamento integral da PLR Social

A paralisação na Caixa Econômica Federal promovida pelos bancários travou o atendimento em agências nesta terça-feira (27). O protesto de 24 horas foi motivado principalmente pela abertura de capital da Caixa Seguridade, marcada para quinta (29). Os trabalhadores reivindicam, ainda, contratação dos aprovados no concurso de 2014, mais proteção contra a covid-19 e pagamento integral da chamada PLR Social. “O Dia do Basta foi um sucesso. O nosso recado foi dado e ouvido por todos. Basta do desmonte da Caixa, da falta de empregados, da precarização na proteção contra a Covid-19, da falta de vacinas, do assédio moral, do desrespeito ao negociado, à jornada e da sobrecarga de trabalho, entre tantas práticas

da Caixa que desrespeitam dos trabalhadores”, declarou Fabiana Uehara Proscholdt, coordenadora da Comissão Executiva dos Empregados (CEE) e secretária da Cultura da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT).

Na véspera, a direção do banco ingressou com pedido de tutela cautelar alegando que a mobilização seria abusiva, com cunho político e ideológico. No entanto, o juiz do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Maurício José Godinho indeferiu o pedido e determinou que apenas os serviços de compensação bancária e pagamento do auxílio emergencial deveriam ser realizados, garantindo o direito de greve de 40% dos trabalhadores.

Repercussão

Balanço divulgado pelo sindicato de São Paulo, Osasco e região, que representa 25% da base nacional, aponta adesão média de 40% à mobilização de hoje. A CNN Brasil atestou a abrangência da paralisação. A emissora publicou nota afirmando ter tentado entrar em contato com ao menos 10 agências sem conseguir falar com nenhuma. Eles contataram unidades nas cidades paulistas de São Paulo, Osasco, Taboão da Serra e da região do ABC.

A paralisação na Caixa repercutiu no Congresso, com declarações públicas de apoio dos deputados federais Erika Kokay (PT-DF) e Waldenor Pereira (PT-BA), por exemplo. “Todo apoio aos bancários e bancárias da Caixa que amanheceram em greve por vacina, mais contratações e contra a privatização do banco que é patrimônio do Brasil e do povo brasileiro. Não toquem na Caixa”, escreveu a deputada brasileira.

Privatização e descapitalização

De acordo com a categoria, a abertura de capital na seguridade, que responde por 45% do lucro do banco, significa o primeiro passo para a privatização e também vai causar descapitalização da ordem de um terço da estatal. Além disso grande parte do valor arrecadado será usado para antecipar a devolução dos chamados Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD). “Estes recursos não têm prazo para devolução, mas o presidente do banco já anunciou que vai devolver aproximadamente R\$ 35 bilhões em onze anos”, explicam, em artigo conjunto, Juvadia Moreira, presidenta da Contraf-CUT, e Sergio Takemoto, presidente da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae).

Pressão e PLR Social

Outro ponto que os bancários criticam é que a gestão Bolsonaro e Pedro Guimarães – presidente da Caixa – teve de suspender a abertura de capital em setembro do ano passado em razão da instabilidade do mercado provocada pela pandemia. Na ocasião, a operação estava avaliada em R\$ 60 bilhões. Agora, com o agravamento da crise sanitária, o valor estimado despencou para R\$ 36 bilhões. Diante dessa queda, a categoria denuncia que Guimarães está pressionando os empregados a comprar ações, “o que obriga os trabalhadores praticamente a serem cúmplices da privatização da própria empresa e, conseqüentemente, da destruição dos seus empregos”.

Sobre a PLR Social, Jorge Furlan, diretor do Sindicato dos Bancários do ABC, explica que a Caixa pagou valor menor aos empregados. “O banco deu uma ‘tungada’ e deixou de pagar cerca de R\$ 1,6 mil a cada empregado”. Dionísio Reis, do sindicato de São Paulo, Osasco e região, detalha: “a tabela apresentada pela Caixa, que só surgiu após o questionamento das entidades sobre o valor incorreto, não consta em Acordo Coletivo e nem mesmo em qualquer ata de negociação com a representação dos empregados. Além disso, segundo a própria Caixa, a tabela estipulada foi definida antes da pandemia, o que mostra o desinteresse em valorizar o trabalho social dos empregados, que em 2020 pagaram o auxílio-emergencial para milhões de brasileiros.”

Por fim, para se protegerem da covid-19, os empregados pedem que a direção da Caixa negocie com o governo a prioridade no Plano Nacional de Imunização. Argumentam que os empregados são os que mais sofrem risco de contaminação na categoria, porque são responsáveis pelo atendimento do auxílio emergencial e de todas as outras políticas públicas.

FONTE: CONTRAF

Bolsonaro assina MP que permite às empresas reduzir salários

Texto possibilita a nova diminuição da jornada de trabalho, de pagamentos ou suspensão de contrato



Presidente Jair Bolsonaro durante cerimônia em Brasília 10/03/2021 REUTERS/Ueslei Marcelino

O presidente Jair Bolsonaro assinou nesta terça-feira (27), as duas MPs (Medidas Provisórias) que reúnem o conjunto de medidas trabalhistas para o enfrentamento da crise provocada pela pandemia de covid-19, incluindo a nova rodada do programa que permite redução de jornada e salários ou suspensão de contratos, segundo apurou o Estadão/Broadcast. Os textos devem ser publicados na edição do Diário Oficial da União (DOU) desta quarta (28)

A nova rodada do programa deve permitir pouco menos de 5 milhões de novos acordos, como revelou o Estadão/Broadcast. Projeções recentes apontam potencial de 4,798 milhões de acordos. O crédito extraordinário para bancar a medida será de R\$ 9,977 bilhões, sendo R\$ 9,8 bilhões para o pagamento do benefício emergencial (BEm), que compensa parte da perda salarial do trabalhador que integra o acordo. O benefício médio é estimado em R\$ 2.050,82.

Na semana passada, o Congresso aprovou uma mudança na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) que dispensou a exigência de compensação para gastos temporários, como é o caso do programa de emprego. Além disso, o texto autoriza descontar da meta fiscal o valor gasto nessa ação.

Uma das MPs vai focar nas regras da nova edição do BEm, que terá duração de quatro meses, podendo ser prorrogado caso haja disponibilidade de recursos. O programa deve ser lançado nos mesmos moldes de 2020, com acordos para redução proporcional de jornada e salário em 25%, 50% ou 70%, ou suspensão total do contrato. A adesão continua sendo por acordo e abrange todos os empregadores, com exceção de órgãos públicos, empresas estatais e organismos internacionais. Serão beneficiados também empregados domésticos, empregados com jornada parcial e aprendizes.

Para ajudar o trabalhador, o governo pagará o benefício emergencial, calculado sobre o valor do seguro-desemprego a que ele teria direito se fosse demitido (entre R\$ 1.100 e R\$ 1.911,84). Em um acordo para redução de 50%, por exemplo, o empregado recebe 50% do salário da empresa e 50% da parcela do seguro-desemprego.

As negociações individuais valem para os trabalhadores com carteira assinada e que recebem até R\$ 3.300 ou que tenham ensino superior e ganham acima de R\$ 12.867,14. Quem tem salário intermediário também pode negociar individualmente para reduzir 25% da jornada e do salário, mas depende de acordos coletivos, negociados pelos sindicatos das categorias, para alterações mais radicais no contrato.

Uma inovação da nova rodada é a previsão

de que eventuais pagamentos indevidos e não restituídos pelo trabalhador poderão ser compensados com requerimentos futuros de seguro-desemprego ou abono salarial. Pela norma anterior, esses valores ficavam apenas inscritos em dívida ativa.

Já a segunda MP vai concentrar as medidas trabalhistas complementares para ajudar as empresas no enfrentamento da crise. Esse texto deve ser feito nos mesmos moldes da MP 927, que no ano passado permitiu às companhias antecipar férias de forma individual (com pagamento postergado do terço de férias como medida de alívio às companhias), conceder férias coletivas, antecipar feriados, constituir regime especial de banco de horas (com possibilidade de compensação em até 18 meses), entre outras iniciativas.

As empresas também poderão adiar o recolhimento do FGTS dos funcionários por um período de quatro meses. Os empregadores terão até o fim do ano para fazer o pagamento desses débitos, uma flexibilização que também havia sido adotada em 2020 e não traz prejuízo ao trabalhador, que apenas levará mais tempo para ver o depósito cair em sua conta do fundo de garantia.

Uma terceira MP deve abrir o crédito extraordinário, fora do teto de gastos (a regra que limita o avanço das despesas à inflação), para os gastos com o BEm. No ano passado, o governo destinou R\$ 33,5 bilhões ao programa, que registrou mais de 10 milhões de acordos entre empresas e trabalhadores. O resultado foi considerado bem-sucedido. O Brasil registrou a criação de 95,6 mil postos de trabalho com carteira assinada em 2020 (incluindo declarações feitas fora do prazo).

FONTE: TERRA

No dia 28 de abril. Dia Mundial da Segurança e da Saúde no Trabalho



Chico Vigilante é vacinado contra a COVID-19

Hoje, comemora-se o Dia Mundial da Segurança e da Saúde no Trabalho, em memória às vítimas de acidentes e doenças relacionadas ao ambiente de trabalho.

O Brasil registrou 623,8 mil acidentes dessa natureza e ocupa a 4ª posição no Ranking da Organização Internacional do Trabalho.

COVID

Os vigilantes estão entre os trabalhadores que mais morrem de Covid-19 no Brasil. A triste constatação foi feita para o jornal El País pelo estúdio de inteligência de dados Lagom Data com base em dados do novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

Além dos vigilantes, outros profissionais considerados essenciais – aqueles que não podem ficar em casa – também são vítimas da doença: frentistas de postos de gasolina, caixas de supermercado e motoristas de ônibus.

De acordo com a publicação, a morte de vigilantes – inclusive profissionais terceirizados como os que monitoram a temperatura na

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

entrada de centros comerciais – aumentaram 59 % entre janeiro e fevereiro de 2020 e o mesmo período de 2021.

A reportagem do El País enfatiza ainda que o cadastro do Ministério do Trabalho só capta dados do mercado formal, ou seja, não são contabilizados óbitos de autônomos e microempreendedores individuais (MEIs).

VACINA JÁ

Os vigilantes foram considerados essenciais desde o começo da pandemia do COVID e de fato, não pararam de trabalhar e se arriscam todos os dias, já que a natureza de seu trabalho não lhe dá a opção de Home Office, por exemplo.

Ao mesmo tempo em que somos categoria de trabalhadores que são essenciais, somos invisíveis. Precisamos urgentemente de vacina contra a Covid-19.

O vigilante, por exemplo, é o primeiro profissional a ter contato com as pessoas em hospitais, bancos, comércios e condomínios, estejam essas pessoas saudáveis ou contaminadas.

Vários sindicatos de vigilantes estão mobilizados pela “Vacina Já”.

Já tivemos manifestações, audiências, Projetos de Leis em andamento, mas esta luta é de todos nós, precisamos de união e forte mobilização para que sejamos definitivamente incluídos no rol de categorias que terão prioridade na vacinação.

Herói bom é herói vivo.

Juntos somos fortes.

Fonte: CNTV

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF